

IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EM UMA ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA - BAHIA

Ivanei de Carvalho dos Santos¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Elisângela Andrade Moreira Cardoso²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Arlete Ramos dos Santos³

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender a implantação da Educação em Tempo Integral em uma escola do campo no município de Itapetinga, Bahia, tomando como referência sua organização e seu atendimento. O estudo é de natureza exploratória e busca nortear a realidade por meio das mediações a partir do objeto pesquisado e sua relação com o mundo e as demais pessoas na busca do que há em comum e/ou no que se diferencia. Para tanto, utilizou-se como instrumento de coleta de informações a entrevista com a coordenadora das Escolas do Campo do referido município, cujas ações encontram-se em pleno desenvolvimento e que ainda estão em fase de implantação e de avaliação. Apesar de a Educação em Tempo Integral no Campo ser uma iniciativa assertiva, esta precisa ser avaliada, uma vez que os saberes estabelecidos para essa política devem levar em consideração as necessidades e peculiaridades dos povos campestinos.

Palavras-chave: Educação do Campo; Educação em Tempo Integral; Política Pública.

Introdução

Por muito tempo a base econômica de Itapetinga esteve centrada na atividade agropecuária, o que exigia dos seus governantes um investimento na educação da população

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo (GEPED/UESB), do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação do Campo (GEPEC) e do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas (CEPECH), com registros no CNPq; Professora efetiva da Rede Municipal de Ensino de Itapetinga/BA/Brasil; E-mail: ivanei_csantos@yahoo.com.br

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB); Mestre em Docência Universitária pela Universidade Tecnológica Nacional de Buenos Aires (UTN/AR); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo (GEPED/UESB), do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação do Campo (GEPEC), do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas (CEPECH) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT), com registros no CNPq; Professora efetiva da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista/BA. E-mail: elisangelajgela@gmail.com

³ Pós-Doutora em Movimentos Sociais e Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UESB); Prof.^a adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo (CEPECH/DCIE/UESC/UESB/BA). E-mail: arlerp@hotmail.com

campesina, entretanto, a agropecuária entra em esgotamento devido aos poucos investimentos no setor, e isso tem provocado diminuição da população do campo.

Atualmente, o município conta com oito Escolas do Campo em prédios cedidos pelos fazendeiros, sendo que a Prefeitura entra com toda infraestrutura para o funcionamento, bem como os profissionais educacionais, a merenda escolar, o material didático pedagógico e a manutenção das estruturas físicas dos prédios. Quanto à organização, as turmas são multisseriadas e buscam atender as peculiaridades da população do campo.

O direito à educação é assegurado pela Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 206, o qual traz como princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - Valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - Garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988).

Partindo desses princípios, observa-se que a educação visa igualdade de condições para o acesso e a permanência, condições básicas para a Educação do Campo, uma vez que devido as diferenças geográficas torna-se mais difícil o processo educativo. Assim, otimizando a permanência dos estudantes das Escolas do Campo a Secretaria Municipal de Educação de Itapetinga, no estado da Bahia, em uma ação inédita amplia a carga horária de uma das suas unidades escolares do campo, oferecendo educação em tempo integral.

É nesse viés que este estudo se baseia, buscando compreender a implantação da Educação em Tempo Integral em uma escola do campo no município de Itapetinga, tomando como referência sua organização e seu atendimento.

Itapetinga/BA: de Capital da Pecuária à Polo Calçadista

Itapetinga está localizada na região sudoeste da Bahia e por muito tempo foi considerada a capital da pecuária baiana, devido a criação de rebanho de gado leiteiro e de

corde, tendo como lema “Terra Firme Gado Forte”, a qual possui como principal praça pública a Dairy Waley, cujos monumentos basilares são bois, sendo conhecida popularmente como “Praça do Boi”, devido ao desenvolvimento da sua principal atividade econômica.

De acordo com Brito (2008, p. 97),

Como a pecuária bovina extensiva foi durante muitas décadas a principal atividade, os dados demográficos estiveram historicamente relacionados com o desempenho econômico do setor. Devido ao rápido desenvolvimento dessa atividade no início de sua exploração, a população total recebeu um grande incremento e o município tornou-se conhecido como a capital da pecuária.

Entretanto, essa atividade sofreu impactos negativos na década de 1970 devido as técnicas inapropriadas de manejo do solo e a falta de investimento no setor, levando-a a uma defasagem na atividade agropecuária, cuja população passou a enfrentar situações de desemprego, o que levou muitos a abandonarem suas terras à procura de sobrevivência, principalmente na região sudoeste do país, sendo o estado de São Paulo o mais procurado devido ao setor industrial estar em expansão. Afirmativas que podem ser constatados nos estudos de Brito (2008, p. 99).

A economia do município de Itapetinga, durante décadas, esteve centrada na monocultura da pecuária. A partir dos anos de 1970 iniciou uma crise, fruto de sucessivas estiagens e desgaste do solo, devido ao uso inadequado que alterou as características físicas (de absorção e retenção de água) e químicas (no fornecimento de nutrientes em quantidades necessárias para as plantas). A pecuária já não se apresentava como capaz de propiciar o suporte econômico para a região, o que gerou uma redução no incremento populacional, chegando quase à estagnação no período de cinco anos compreendidos entre o Censo de 1991 e a contagem do IBGE, em 1996.

Segundo a autora supracitada, a falta de expectativas não fazia parte apenas da população de baixa renda, mas também, aos filhos dos produtores que não visualizavam expectativas em relação à recuperação da crise que abatia a região.

Itapetinga foi e continua sendo um grande palco de disputas políticas não só no cenário local como também, no estadual, e isso levava os governantes a receber ou não investimentos; foi o que ocorreu nesse período, o governo do estado pouco investiu para reverter a situação de crise econômica devido ao chefe administrativo do município não pertencer ao seu Partido Político, fato observado até hoje na política do município, o que Brito (2008) afirma com propriedade em seus estudos.

A redução de investimento da esfera estadual foi um fator que contribuiu para a estagnação econômica vivida no município e, devida à crise da pecuária notou-se a ausência quase absoluta de investimentos das esferas federal e estadual. A retração da presença do governo do estado, sobretudo, nos anos noventa foi atribuída à questões de ordem política.

Com a mudança no cenário político e o apoio do governo estadual a economia do município alavanca com os investimentos no setor calçadista, deixando de ter como principal atividade econômica a agropecuária e passa à grande polo calçadista. Não é que a criação de gado deixa de existir, porém, em menor número, ou seja, de capital da pecuária baiana a polo calçadista. Fato que levou ao retorno de muitos jovens que tinham deixado sua terra natal a fixar moradia, como também, a população das regiões circunvizinhas que se voltou para o município em busca de emprego e assim, em pouco tempo Itapetinga passou a ser vista como um município promissor e de grande produtividade, atingindo crescimento em todos os setores, cujo comércio que estava praticamente extinto, volta a obter desenvolvimento.

Entretanto, a vinda da indústria de calçados não foi uma clemência com a população do município, visto que essa indústria veio com a promessa de recebimento de incentivos fiscais, bem como a aquisição de mão de obra barata e pouco qualificada para o setor, o que demandaria do governo a preparação através de Programas Governamentais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Uma das primeiras fábricas a ancorar no município foi a Azaleia Nordeste S.A., a qual absorve em pouco tempo um grande quantitativo de pessoas para desenvolver suas atividades, como afirma Brito (2008, p. 100):

A primeira indústria a se instalar no parque industrial foi a Azaleia do Nordeste S.A., com a sua matriz no Estado do Rio Grande do Sul. Essa fábrica veio para o Estado da Bahia recebendo incentivos de caráter fiscal e creditício, foi aberta concessão pelo governo de atrativos adicionais, que envolveram o oferecimento de galpões industriais dotados de água, energia, comunicações até acessos viários.

Entretanto, a euforia com a fábrica passa em pouco tempo e a população percebe que as prerrogativas que a empresa prometia não condiziam com a realidade, os acidentes de trabalho ficaram mais frequentes devido a pouca preparação para o desenvolvimento das atividades calçadistas e as renumerações também não eram vantajosas. A empresa começa a ter desvantagens com a queda do setor, o que leva a diminuição do contingente de

trabalhadores tanto na sede como nas filiais, provocando o fechamento de vários galpões nos municípios circunvizinhos.

Mais uma vez a população jovem não vê outra alternativa e inicia a saída da cidade em busca de trabalho nos grandes centros comerciais do Brasil, visto que a principal atividade econômica do município ainda se encontra em baixa. A produtividade do leite que movimentava a indústria e o comércio não apresenta recuperação esperada devido aos poucos investimentos no setor, a falta de continuidade da atividade pelos herdeiros dos fazendeiros locais que já se encontravam envelhecidos e sem condições físicas para tocarem as propriedades levaram muitos a se desfazerem das propriedades, as quais se tornam centros habitacionais do projeto do governo federal “Minha casa, minha vida” e as fazendas que restaram, na sua grande maioria, são grandes latifúndios improdutivos, de baixos investimentos que não geram impacto imediato na economia local.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo é de natureza exploratória, cujo objetivo incide em nortear a interpretação através das mediações da realidade a partir do objeto pesquisado e, de acordo com Malheiros (2011) esta é uma forma de se relacionar com o mundo e com as demais pessoas na busca do que há em comum e/ou no que se diferencia do objeto pesquisado. Trata-se, portanto, de um método com base na interpretação dos dados que se baseia tanto pelo critério da observação, como pelas entrevistas, levando em consideração o que Lakatos (1991, p. 101) assegura que “Para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está acabada, encontra-se sempre em vias de transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro”.

Quanto aos instrumentos de coleta de informações, optou-se pela entrevista que teve como sujeito a coordenadora das Escolas do Campo do município de Itapetinga/BA. A entrevista foi gravada e posteriormente transcrita na íntegra, objetivando uma análise criteriosa dos fatos apresentados. Segundo Triviños (2007, p. 145),

A entrevista semiestruturada é um dos principais meios para o pesquisador realizar a coleta de dados, pois ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.

Para maior aprofundamento da análise das informações foi utilizado o Materialismo Histórico Dialético, o qual permite o estudo das partes para o todo, analisando as informações em todas as dimensões, como afirma Frigotto (1989, p. 81) que

com isso confunde-se a necessária relação parte-todo e todo-parte com a ideia de um método capaz de exaurir todos os infinitos aspectos de uma determinada realidade, captar todas as contradições e todas as mediações. Ignora-se, assim, o caráter relativo, parcial, provisório, de todo conhecimento histórico, e que o conhecimento científico não busca todas as determinações, as leis que estruturam um determinado fenômeno social, senão que busca as suas determinações e leis fundamentais.

O Materialismo Histórico Dialético permite o confronto com a realidade e possibilita ao investigador o aprofundamento das informações com base nas categorias do próprio método, as quais foram utilizadas para este estudo a contradição e a totalidade.

Análise das Informações

A Educação do Campo nasce das lutas do homem do campo e dos movimentos sociais e, materializar essa educação de acordo com as peculiaridades campesinas é um desafio, visto que o nosso país é repleto de individualidades, as quais dificultam o processo educativo, dentre estas estão as dimensões geográficas, as individualidades de cada povo como os aspectos sociais e econômicos, além de uma variedade de culturas espalhadas por todo o país. O município de Itapetinga não difere dessas particularidades, apesar de ter sua economia por muito tempo sustentada nas atividades campesinas; o setor educacional também encontra problemas como a de outros municípios de igual ou semelhança populacional, econômica, social e política.

O município atualmente conta com oito Escolas do Campo, assim distribuídas:

Quadro 01: Escolas do Campo do Município de Itapetinga/Bahia

Continua

ESCOLAS	LOCALIZAÇÃO
Ana Maria Fernandes	Fazenda Areada
Antônio Clarindo	Fazenda Colatina
Dona Iolanda	Fazenda Iolanda

Euflozina Maria do Carmo	Fazenda Lagoa Amaralina
Maria José Moura	Fazenda Altamira
Palmeirinha	Fazenda Queimada
Reunidas Maravilhas	Fazenda Reunidas Maravilhas
Texana	Fazenda Texana

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Itapetinga/Bahia, 2019.

Segundo a gestora das Escolas do Campo do município, duas escolas foram nucleadas (Maria das Graças e Judith Garcia) e os alunos destas escolas foram remanejados para a escola Palmeirinha que funciona desde o 2º semestre de 2018 como Escola de Tempo Integral. Ainda segundo a coordenadora, a Escola Palmeirinha é a primeira Escola do Campo em tempo integral na região sudoeste da Bahia, funcionando das 7h00min às 16h00min.

A escola está localizada a 24 km da sede do município, possui quarenta e três (43) alunos das modalidades da Educação Infantil, Fundamental (anos iniciais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), anos iniciais e finais. No ano de 2017 a escola passou por reforma e ampliação do seu espaço físico, visando à implantação da Educação em Tempo Integral. A escola possui duas salas de aula, uma área de convivência, dois banheiros, um depósito e uma cozinha. No segundo semestre de 2018 a Escola Palmeirinha passou a funcionar em tempo integral.

Quando questionada sobre o funcionamento dos tempos escolares, a gestora respondeu da seguinte forma:

No turno matutino os alunos têm aulas regulares e no turno vespertino participam de cinco oficinas: Expressão Corporal, Jogos e Recreação, Tecnologia Digital, Letramento Matemático, Letramento Linguístico e Karatê. Essas oficinas atendem aos alunos do 1º ao 5º ano, e a Educação Infantil tem uma oficina específica e lúdica. (GESTORA DAS ESCOLAS DO CAMPO, 2019).

Quanto à programação das oficinas, a Gestora disse que funciona da seguinte forma:

Segunda-feira: Letramento Linguístico e Karatê;

Terça-feira: Tecnologia Digital e Letramento Linguístico;
Quarta-feira: Letramento Matemático e Karatê;
Quinta-feira: Tecnologia Digital e Letramento Matemático;
Sexta-feira: Expressão Corporal, Jogos e Recreação. (GESTORA DAS ESCOLAS DO CAMPO, 2019).

De acordo com a Gestora, as oficinas têm como objetivo:

Ensinar e aprender baseados no princípio do “aprender fazendo”;
Permitir a abordagem de diversas linguagens;
Promover situações de experimentação;
Estimular a interatividade;
Mobilizar as dimensões afetivas e cognitivas de forma simultânea;
Aprender por meio da interação;
Respeitar a questão individual, realizada no coletivo;
Despertar nos alunos novas habilidades;
Experimentar experiências diversas. (GESTORA DAS ESCOLAS DO CAMPO, 2019).

Quanto às refeições, a Gestora abordou que são servidas três refeições diárias, sendo lanche pela manhã, almoço e lanche à tarde e que todas são nutritivas e saudáveis.

Ao ser questionada a respeito das vantagens e desvantagens da Educação em Tempo Integral implantada na unidade escolar, a Gestora respondeu da seguinte forma:

As vantagens são ampliar as oportunidades educativas dos alunos, visando à formação de novas habilidades e conhecimentos pela expansão do período de permanência diária nas atividades promovidas pela escola. As desvantagens não foram apontadas, mesmo porque estamos no momento de adaptação. A Escola Palmeirinha é uma escola piloto. (GESTORA DAS ESCOLAS DO CAMPO, 2019).

A Educação Integral no Brasil surge como alternativa para diminuir as discrepâncias existentes na educação, visando aumento nos índices educacionais, diminuição na taxa de distorção idade/série e maior desempenho na aprendizagem. Para isso, o Governo Federal cria através da Portaria Interministerial nº 17/2007, de 24 de abril de 2007, regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10, o Programa Mais Educação com o objetivo de indução para efetivação da Educação Integral enquanto política pública. Esse Programa é coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, mediante o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as escolas dos territórios prioritários.

De acordo com o roteiro para adesão do Programa elaborado pelo MEC (s/d), a partir do repasse dos recursos, o referido Programa tem como meta garantir a ampliação dos tempos e espaços de aprendizagem, aumentando, assim, a jornada escolar dos alunos, como um tempo a mais em que os alunos podem aprender por meio da utilização de metodologias diferenciadas, com o acréscimo de atividades curriculares que sejam avaliadas como importantes para o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Nesse contexto, a carga horária de permanência dos alunos na escola passa para sete horas diárias.

Partindo do pressuposto de que a Educação em Tempo Integral foi implantada na Escola do Campo Palmeirinha, utilizando-se da logística do Programa Mais Educação, o qual é implantado também, nas escolas urbanas, o que se observou é que as oficinas desenvolvidas não refletem as necessidades do aluno do campo, uma vez que elas estão focadas na aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática, saberes que são exigidos nos testes padronizados do Governo Federal para medir os índices da Educação Básica. Essa prática limita a possibilidade de diversificação do currículo para atendimento à população do campo, uma vez que um dos aspectos do Programa é a interdisciplinaridade que tem como temas: Educação, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Inclusão Digital, Assistência Social, Saúde, Cultura, Esporte, dentre outros, com um currículo organizado na perspectiva da Educação Integral que tem o indivíduo como centro.

Entretanto, é estabelecida mais uma contradição, pois a Educação Integral na perspectiva da classe trabalhadora tem fundamentos em Marx e Gramsci, dentre outros, os quais entendem a formação no viés da unilateralidade, ou seja, o sujeito é compreendido como um todo. A educação na perspectiva marxista acontece com o objetivo de transformação de classe, de fortalecimento da humanidade, provocando libertação e humanização. Os conhecimentos científicos são trabalhados integrando teoria e prática. No entanto, o Programa Mais Educação promove uma educação centrada no indivíduo, fortalecendo a ideologia do sistema capitalista e as desigualdades sociais.

Esses aspectos podem ser confirmados ao se analisar as oficinas ofertadas aos alunos, as quais não agenciam uma educação de permanência no campo e sim de esvaziamento, tão pouco refletem ações de cuidar e preservar o meio ambiente, bem como integrar o homem à terra e dela retirar seu sustento com aprendizagem de manejo

sustentável, alimentação saudável, além de valorizar o pequeno agricultor local e a preservação dos mananciais.

Como a Gestora relatou que este é um projeto embrionário, a expectativa é que as lacunas e equívocos sejam reconhecidos na oferta das oficinas e que se tenha o ensejo de corrigi-las já que a iniciativa é bem viável e os resultados poderão ser observados em pouco tempo.

Conclusões Preliminares

As conclusões aqui relatadas não refletem algo acabado, haja vista que esse estudo aponta para ações em pleno desenvolvimento e que ainda estão em fase de implantação e de avaliação.

A Educação do Campo será sempre fonte de estudo e está em constantes transformações e até ameaçada de extinção, visto que com a mecanização das atividades campestres a tendência é a diminuição cada vez mais rápida da necessidade da mão humana em grande volume.

As iniciativas de solidificar a Educação do Campo são bem aceitas, no entanto, devem-se avaliar as ações para não cair no erro e atingir objetivos contrários, levando o aluno do campo a deixar a sua terra e partir para os centros industriais com a expectativa promissora de melhores condições de vida, o que nem sempre é possível e verdadeiro.

A Educação em Tempo Integral no Campo sem dúvida alguma é uma atitude assertiva, pois aumentando a carga horária do estudante e ofertando ampliação dos conhecimentos só tende a alcançar vantagens imensuráveis para o aluno. No entanto, é necessário avaliar esses saberes de acordo com as suas necessidades e peculiaridades, visto que não se pode simplesmente implantar um Programa sem antes mensurar suas dimensões e o alvo a atingir.

Como toda política pública precisa de uma avaliação, faz-se necessária que a Educação em Tempo Integral na Escola do Campo, também passe por essa avaliação, mesmo sabendo que se trata de uma política que foi implantada há pouco tempo. Contudo, reconhecer as falhas tão logo se percebe, torna-se de grande valia para que a política tenha seu objetivo alcançado.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em: 02 mar. 2019.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa mais Educação. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em: 02 mar. 2019.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 01 mar. 2019.

BRITO, Jaqueline Nunes Araújo. **O Processo de Municipalização do Ensino Fundamental em Itapetinga/BA**. Campinas, SP: [s.n] 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. RAMAL, Andrea (Org.). Rio de Janeiro: Gênio, LTC, 2011. Secretaria Municipal de Itapetinga- Bahia

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007.